A TRIBUNA
Publicado em 20/03/2022 - 05:51

Cidades repassam R$ 6 mi a empresas de ônibus por mês

Quase R$ 6 milhões por mês para ônibus

Atualmente, sete das nove prefeituras das cidades da Baixada Santista aplicam recursos públicos para subsidiar o transporte coletivo

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

As prefeituras da Baixada Santista repassam, por mês, quase R$ 6 milhões às empresas de ônibus. Esse total se refere aos subsídios concedidos por sete municípios: Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Bertioga, Peruíbe e Itanhaém. Apenas em Praia Grande e Mongaguá as concessionárias não contam com aporte das prefeituras.

O repasse de verba pela maioria das cidades é necessário para que o transporte coletivo dos municípios continue funcionando sem aumento exagerado de tarifas, já que operação fica insustentável se depender apenas da arrecadação com usuários. Contribui para essa situação a diminuição gradativa do número de passageiros nos ônibus.

Guarujá é cidade a que repassa o maior valor da região para o transporte: aproximadamente R$ 2,5 milhões por mês. O subsídio acontece desde fevereiro de 2019 à concessionária City Transportes Urbano Intermodal. Atualmente a tarifa é de R$ 4,50 no cartão cidadão e transporte e R$ 5,00 em dinheiro.

A Prefeitura de Guarujá informou que o contrato de concessão do transporte público local tem um modelo diferenciado, único na Baixada Santista. É um contrato de concessão com subsídio financeiro, que prevê a renovação de todo o sistema de transporte, além de promover melhorias estruturais, como a construção de dois novos terminais de ônibus.

"O compromisso também abarca o custeio de todas as gratuidades previstas em lei (idosos, deficientes e estudantes beneficiários do passe livre, por exemplo), o que em Guarujá corresponde a 35% dos usuários do sistema".

Em Santos, o valor atual do repasse é de R$ 1,1 milhão por mês. A Prefeitura passou a subsidiar o transporte municipal em agosto de 2021 e até janeiro deste ano repassou o montante de R$ 4,8 milhões à permissionária.

A Administração explica que o preço da tarifa leva em conta o total de custos (combustível e óleo, peças, insumos e folha de pagamento, entre outras despesas) dividido pelo total de passageiros pagantes transportados. "A queda de usuários verificada em todo o País tem comprometido o equilíbrio financeiro dos contratos de prestação de serviço e exigido das prefeituras a destinação de recursos próprios para manter o serviço ao cidadão".

Cerca de 1,2 milhão de usuários utilizam o sistema santista por mês. A redução de pagantes no sistema entre 2016 e 2021 foi de 59,4%. A Viação Piracicabana é a permissionária do serviço, cuja frota soma 224 coletivos e a passagem custa R$ 4,95.

A Prefeitura de São Vicente começou no ano passado a dar o subsídio. Neste ano, foi aprovado pela Câmara um total de 11 parcelas de R$ 400 mil. Quem opera é a empresa Otrantur e o valor da tarifa dos mini ônibus é de R$ 3,95 ou R$ 3,50 para compra antecipada. "A necessidade do subsídio vem da baixa demanda de passageiros, principalmente por conta da pandemia. Houve uma redução drástica de 50% na utilização do transporte", diz a Prefeitura vicentina.

Cubatão concede subsídio de R$ 810 mil por mês à Expresso Fênix Viação Ltda, já que o valor é de R$ 1,80 por passageiro, desde 1º de janeiro de 2022, e são 450 mil usuários mensais, segundo a Prefeitura. A Administração alega que houve redução de 60% dos passageiros com a pandemia. A operação conta com 49 veículos, sete micros e 42 convencionais. A tarifa é de R$ 4,20.

MAIS CONTRATOS

Peruíbe gasta aproximadamente R$ 100 mil mensais em subsídio, que ocorre desde 2015, ano de início da concessão. O transporte funciona por meio da empresa Jundiá. Todos os veículos são do tipo ônibus urbano, com uma frota de 16 veículos. O valor atual da tarifa é de R$ 4,00. Em fevereiro, foram 94.916 passagens. "Há redução no número de passageiros, principalmente nos dois últimos anos devido a pandemia".

Itanhaém paga R$ 547,5 mil por mês à Expresso Fênix Viação Ltda. O repasse ocorre desde dezembro de 2020, com a contratação emergencial devido à rescisão do contrato com a empresa anterior. Até o momento, já foram investidos R$ 7,6 milhões. Os 21 ônibus e três miniônibus transportam 183 mil passageiros por mês, com a tarifa a R$ 3,75.

Bertioga informa que desde outubro de 2020 dá subsídio. Atualmente, o valor mensal tem uma limitação de R$ 500 mil e depende de variáveis, como quilometragem e valor de arrecadação com a tarifa. O transporte público coletivo é operado pela City Transportes Global Ltda. Atualmente a tarifa é de R$ 4,50 para uma frota com 25 ônibus.

"Neste ano, a média é de 312.234 passageiros por mês. Houve queda de 25% no número de passageiros desde 2014", diz a Prefeitura.

MATHEUS TAGÉ - 25/2/22

Em Santos, a Prefeitura passou a subsidiar o transporte coletivo municipal em agosto do ano passado

ALEXSANDER FERRAZ - 1/2/19

Guarujá é cidade a que repassa o maior valor da região: aproximadamente R$ 2,5 milhões por mês.

SUBSÍDIO MENSAL

Bertioga	R$ 500 mil
Cubatão	R$ 810 mil
Guarujá	R$ 2,5 milhões
Itanhaém	R$ 547,5 mil
Mongaguá	não tem
Peruíbe	R$ 100 mil
Praia Grande	não tem
Santos	R$ 1,1 milhão
São Vicente	R$ 400 mil
Região	**R$ 5,957 milhões**

PG e Mongaguá continuam sem aporte

Em Praia Grande, não é aplicado subsídio. Segundo a Prefeitura, para isso, há necessidade de lei específica ser aprovada na Câmara Municipal, o que não é descartado. "A publicação do edital de licitação, que culminou na celebração do contrato atualmente vigente com a Viação Piracicabana, deu-se durante o ano de 2020, o primeiro da pandemia. Isso permitiu, já no edital, colocar cláusula que autoriza o Poder Público Municipal aportar recursos, tendo por base a quantidade de passageiros pagantes".

No transporte da Cidade, são 83 ônibus e micro-ônibus, divididos em 14 linhas. "A tarifa do transporte subiu para R$ 5,35 em 13 de fevereiro deste ano, porém o Decreto Municipal 7.500, de 11 de fevereiro, ordenou que a tarifa pública à população permanecesse em R$ 4,80", diz a Administração.

Em 2019, a média mensal de usuários no sistema foi de 1.198.623 passageiros, número que caiu para 520.061 em 2021.

LITORAL SUL

De acordo com a licitação vigente, não compete à Prefeitura de Mongaguá repassar subsídio ao transporte municipal, explica a Administração. No Município, o serviço é realizado pela empresa Ação Transportes, que conta com 17 veículos.

"Mongaguá segue a licitação vigente, de 2018, onde consta que não há a necessidade de a Administração Municipal realizar o repasse. Mensalmente, são transportados cerca de 60 mil passageiros pagantes, 25 mil estudantes (que pagam 50% do valor da tarifa) e 125 mil idosos, gratuitamente. A tarifa tem o valor de R$ 3,80".

Situação é parecida em outras cidades

Pesquisa divulgada no início deste ano pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), mostra que 122 cidades repassam dinheiro a empresas de ônibus para ajudara financiar tarifas, incluindo 23 capitais, em valores mensais que chegam a R$ 2,8 bilhões.

De acordo com o superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Luiz Carlos Néspoli, o modelo de transporte público coletivo vigente há décadas no Brasil é o da cobertura dos custos do transporte pela receita advinda da tarifa paga pelos passageiros. Como a demanda caiu, a receita passou a não cobrir mais os custos do sistema.

"Neste caso, ou se mitiga o déficit ou se precariza substancialmente o transporte público, podendo até mesmo levá-lo ao colapso, como ocorreu em algumas cidades, pelo menos com a desistência de empresas operadoras".

Néspoli explica que a principal mudança a ser feita é rever o modelo de financiamento do custeio e isso envolve entrar recursos extra tarifários. Uma das medidas, diz ele, é a cobertura das gratuidades, por exemplo, dos idosos, com repasse dos valores equivalentes pelo Governo Federal. Há projeto de lei com essa finalidade em andamento no Congresso Nacional.

"O segundo exemplo é a cobertura dos descontos dos estudantes, que já está sendo feito por algumas cidades com recursos da Educação. Mas, tem que ter recursos de outros beneficiários de um sistema de transporte, como dos usuários de automóveis, por exemplo. Em suma, a cesta de recursos envolve orçamentos das três entidades da federação, fontes alternativas (como pedágio, IPTU e IPVA) e a fração do próprio passageiro".

MATHEUS TAGÉ - 16/2/22

Pesquisa do Idec mostra que 122 municípios brasileiros repassam dinheiro a empresas de ônibus

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.